

## **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2009**

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e nove, às nove horas, no Auditório do IPPUC, situado na Rua Bom Jesus, 669, no bairro do Cabral, na cidade de Curitiba, realizou-se a SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA do Conselho da Cidade de Curitiba – CONCITIBA, sob a presidência do Senhor Cléver Ubiratan Teixeira de Almeida. Estiveram presentes os conselheiros, conforme lista de presença anexa e parte integrante desta ata. O Presidente deu início à reunião, passando a palavra a Conselheira Teresa Oliveira – COHAB, que apresentou o Programa Minha Casa, Minha Vida, esclarecendo as características do programa nacional e o posicionamento do Município, conforme apresentação anexa. A conselheira Carolina pergunta se no caso das associações de moradores contratarem o projeto, elas terão os mesmos benefícios da parceria com a COHAB-Ct. Teresa responde que desde que se enquadre nos parâmetros do Programa. Esclarece ainda que a fila da COHAB possui 60.000 (sessenta mil) inscritos, sendo a maioria com renda de 0 a 3 salários mínimos e o programa prioriza o atendimento a estas pessoas, e as associações deverão preencher os critérios do programa no município, e estarem inscritas também neste cadastro. A COHAB está trabalhando com uma lista de inscritos e não podemos ter um cadastro paralelo. Carolina pergunta, ainda, quando as Associações apresentam projeto qual será a ajuda da COHAB. Teresa responde que temos demanda, e que esse Programa gera uma grande expectativa; mas se as associações tiverem o terreno, vamos dar o apoio necessário. O que não podemos fazer é passar na frente da fila da COHAB. Estamos nos esforçando o máximo para subsidiar famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos. Temos que ter um critério. O conselheiro Hélio questiona sobre a habitação rural e com referencia ao êxodo rural? O que pode gerar para este Programa? Teresa responde que o Programa prevê investimento de meio bilhão de reais para atender a população rural. Na seqüência é passada a palavra para Sra. Rosane Valduga, Supervisora de Informações do IPPUC, que apresentou a proposta do Município para Programas de Habitação de Interesse Social em Parceria com a COHAB-CT. Ela caracterizou a situação atual dos programas habitacionais em parceria e expôs a proposta a Prefeitura, conforme apresentação anexa. O conselheiro Hélio pergunta se esta proposta é apenas para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Rosane responde que não, esse programa é para famílias com renda de 0 a 6 salários mínimos atendidas pelos programas municipais de habitação de interesse social em parceria. O conselheiro Ubiraitá pergunta se existem estudos do IPPUC que atendam outras demandas, que não sejam de interesse social. Rosane diz que sim e que no momento está sendo feita a revisão da legislação urbanística. A Sra. Teresa diz que há áreas em negociação para implantação do programa, no Cachoeira e no Tatuquara. A

Professora Cristina pergunta sobre o atendimento desta nova demanda por equipamentos urbanos e sociais, como o transporte por exemplo. A Sra. Teresa responde que a implantação do programa prevê o estudo da infra-estrutura necessária. O conselheiro Ubiraitá pergunta se existem estudos para destinação de lotes para comércio. A Sra. Teresa responde que há estudos para liberação de lotes para comércio sim, e que houve uma preocupação para que o programa esteja integrado. O presidente Cléver pergunta se há mais algum questionamento, e propõe a aprovação da proposta apresentada pelo IPPUC, a qual é aprovada por todos os presentes. Os representantes do Ministério Público, André Viana da Cruz, pergunta como será feita a amarração do programa ao atendimento da fila da COHAB, uma vez que a contratação do recurso é feita direto com a Caixa. A Sra. Rosane responde que a parceria com COHAB será exigida para aprovação do Alvará de Construção. A Sra. Teresa complementa dizendo que existe todo um controle em relação a esta amarração. A conselheira Cristina faz uma recomendação, do atrelamento da proposta com o transporte coletivo. Já se observa o aumento na mobilidade, a demanda está crescendo, como está o nível de conforto? O conselheiro Ubiraitá pergunta se a ZR-2 está contemplada, e se está certo que a empresa privada possa também se utilizar desse programa. Rosane responde que sim. O Presidente Cléver passa para a aprovação da Ata da 6ª Reunião. O conselheiro Helio pede que seja revisto o termo do documento que ele enviou. A conselheira Cristina, pede que a palavra “Faixadas” seja corrigida. O Sr. Cléver propõe que seja aprovada a ata com esses ajustes, a qual foi aprovada por todos os presentes. Dando continuidade a reunião, a mesa foi composta pelo Presidente Cléver e os conselheiros Hélio Bampi e Ana Carmen. O Sr. Bindo fez a leitura do Relatório da Câmara Temática de Mobilidade, e solicitou a aprovação. A conselheira Olga explica que o problema são os vendedores ambulantes. O conselheiro Mauro Rocha diz que no caso de camelô ninguém pode fazer nada. A conselheira Olga responde que a Guarda Municipal não tem poder de polícia e não tem como tirar as pessoas dos terminais. A Sra. Emanoele pergunta para o Sr. Mauro Rocha se é possível a Guarda Municipal obter este poder. O conselheiro Mauro diz que é possível, se existir uma pessoa especial para este fim. O Sr. Cléver pergunta se a empresa terceirizada possui este poder e o Sr. Mauro fala que este poder pode estar descrito no contrato, porém, é necessário verificar como foi elaborado este contrato. O Sr. Mauro pergunta se existe uma delegação da URBS, “um serviço público eficiente”, ou alguém para obstaculizar isso. O conselheiro Akel pergunta se possuímos autoridade para alterar esse relatório. O Sr. Ricardo Bindo diz que sim, e o conselheiro Akel sugere então que devemos colocar um funcionário vinculado à URBS. O Sr. Cléver sugere que esta responsabilidade seja dada a uma pessoa específica e que devemos criar um serviço de “controle da estrutura” gerenciado pela URBS. Diz ainda, que há 21 terminais de ônibus em nossa cidade e que devemos sistematizar todos eles. O conselheiro Akel diz que deve ser um

“GERENTE DO TERMINAL”; e pergunta se essa preocupação é competência do CONCITIBA. O Sr. Cléver diz que a recomendação seria da URBS. A conselheira Olga diz que a preocupação é que o usuário do transporte coletivo não tem a quem se reportar. O conselheiro Hélio diz que a proposta do Sr. Cléver é importante. O conselheiro Akel propõe que a URBS coloque uma pessoa responsável. A conselheira Cristina diz que devemos equipar os terminais de uma forma que os usuários possam relatar as ocorrências, e que isso gere um protocolo para ser acompanhado, de maneira que o usuário tenha uma canal direto, por escrito ou mesmo por telefone para formalizar a ocorrência. A conselheira Olga diz que os fiscais que ficam em cabines nos terminais recebem as ocorrências, mais que o usuário não tem o retorno de suas solicitações. A conselheira Cristina pergunta se existe comunicação para deficientes visuais. O Sr. Cléver diz que existe um estudo para esta acessibilidade, e pede que essas sugestões sejam passadas por e-mail e que seja dado andamento a reunião. O Sr. Cléver pede que o Relatório da Câmara Temática de Mobilidade seja encaminhado a todos os conselheiros, exceto o 1º item. O relatório é aprovado pelos presentes com as alterações conforme documento anexo. O conselheiro Ubiraitá pergunta sobre a Conferência Municipal das Cidades, quer saber se vai acontecer esse ano. A Sra. Emanoele diz que ainda não tem resposta do Ministério das Cidades, mas que está acompanhando, para obter esta resposta. O Sr. Cléver passa a palavra para conselheira Ana Carmem para fazer o relatório da Câmara Temática de Moradia e Saneamento. A conselheira Ana Carmem diz que foram visitadas algumas áreas de acordo com a necessidade. Quanto a Câmara Temática de Grandes Projetos, esta com dificuldades em continuar, por falta de quorum. O conselheiro Hélio diz que o problema dessa Câmara de Grandes Projetos e Legislação Urbanística – CTGPU, é estar sempre fora de um foco e acredita que ela deve ser revitalizada. O Sr. Cléver apresenta a moção proposta pelo conselheiro Alfredo quanto a extinção desta CTGPU. O Sr. Cléver comunica que foi enviado a todos os conselheiros a moção junto com a pauta e o Conselheiro Bruno respondeu colocando-se a contra a moção e sendo pela manutenção da câmara como fórum de participação. O conselheiro Hélio propõe que seja dado mais foco aos debates. A conselheira Teresa concorda com o Sr. Hélio em relação ao foco para essa câmara. O conselheiro Akel sugere a suspensão da câmara de CTGPU. A conselheira Carolina é a favor que a Câmara continue. A Sra. Emanoele apresenta uma estatística de presença nas reuniões da CTGPU: sendo que em uma reunião estiveram presentes 4 conselheiros, em outra 3 conselheiros e na última, apenas 2 conselheiros; sendo que são 7 membros inscritos. O conselheiro Akel diz que se perde tempo. A conselheira Cristina sugere que se entre em contato com os participantes dessa câmara para saber a razão do não comparecimento. A Sra. Emanoele diz que foi feito esse contato, mas não obtivemos retorno. O conselheiro Mauro é contrário a extinção dessa câmara e diz que falta um norte. A conselheira Ana Carmem

sugere que tenha mais pessoas para colaborar com a Secretaria Executiva do CONCITIBA, sugere que as reuniões das câmaras sejam mais espaçadas, dá exemplo de uma por mês. O conselheiro Mauro sugere que os membros da Câmara Temática de Grandes Projetos Urbanos sejam convocados pela Secretaria Executiva e que se não houver quorum suspenda-se os trabalhos dessa Câmara. O Sr. Bindo sugere que seja suspensa até que tenha um tema específico. A conselheira Teresa sugere que tenha um controle da presença. O conselheiro Hélio sugere que o tema seja o metrô. O Sr. Cléver diz que devemos rediscutir a periodicidade de reunião das câmaras temáticas, sugere que as reuniões sejam suspensas por um período de 60 dias para repensar, diz ainda que estamos pensando em estruturar melhor a Secretaria Executiva, teremos que ter um foco, pois da forma como os trabalhos estão caminhando está havendo muito desgaste. O conselheiro Hélio acha pertinente a colocação do presidente e sugere que seja aberto a reforma da composição. O Sr. Cléver propõe que a Câmara Temática de Grandes Projetos Urbanos e Legislação seja suspensa até a próxima reunião do dia 06 de agosto de 2009, o que é aceito pelos presentes, ficando de responsabilidade da Secretaria Executiva enviar uma proposta de funcionamento das câmaras temáticas. Na seqüência a plenária delibera que a próxima reunião seja realizada no dia 06/08/2009 às 09:00, tendo como pauta: Aprovação dos relatórios das câmaras; Aprovação da ata da 7ª Reunião e assinatura das atas da 6ª e 7ª reuniões; e apresentação de documentos enviados ao CONCITIBA. A Sra. Emanoele esclarece que foram enviados dois documentos: um relativo a Habitação e outro relativo a Licitação no Sistema de Transporte. As conselheiras Teresa Oliveira e Carolina se disponibilizam para relatar sobre o documento de habitação, o que fica deliberado pela plenária. O conselheiro Mauro Rocha propõe reunião Extraordinária para discutir o assunto COPA DO MUNDO 2014. Sugestão aceita pela plenária, sendo essa reunião extraordinária agendada para o dia 02/07/09 as 9h00. O Presidente agradece a presença de todos encerrando a reunião da qual foi lavrada esta ata, que depois de lida, foi assinada pelos senhores conselheiros presentes.

Curitiba, 04 de junho de 2009.

---

Cléver Ubiratan Teixeira de Almeida –  
Presidente - IPPUC

---

Ricardo Antonio de Almeida Bindo –  
Presidente Suplente

---

Mauro Sergio T. Rocha - Titular  
Procuradoria Geral do Município

---

Teresa Elvira Gomes de Oliveira –  
Suplente - COHAB-CT

---

Helio Bampi – Titular  
FIEP

---

Constantino Bezeruska - Suplente  
SIMOV

---

Ardison N. Akel - Titular  
FACIAP

---

Ubiraitá A. Dresch – Titular  
SINDUSCON-PR

---

Cristina de Araújo Lima – Titular  
UFPR

---

Ana Carmen de Oliveira - Titular  
SINDARQ-PR

---

Bruno César D. Meirinho –Titular  
AMBIENS

---

Carolina C. Nazareth Alves – Suplente  
TERRA DE DIREITOS